



AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXX - DF

(direcionar conforme a competência:

Art. 53. É competente o foro:

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

a) de domicílio do guardião de filho incapaz;

b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;

c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;

d) de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);")

Fulana de tal, estado civil, profissão, filha de Fulano de tal e Fulano de tal, CPF n.º XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXXX, correio eletrônico: XXXXXXXXX, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, nos termos da legislação, requerer

### **DIVÓRCIO LITIGIOSO**

Em face de Fulano de tal, estado civil, profissão, filho de Fulano de tal e Fulano de tal, CPF n.º XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXXX, correio eletrônico: XXXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito que se seguem.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - NÚCLEO DE ATENDIMENTO JURÍDICO DE INICIAIS DE  
BRASÍLIA**



**DADOS DA PARTE REQUERIDA** (caso não tenha os dados completos da qualificação do requerido – se tiver, pode apagar o tópico)

Não foi possível à Defensoria Pública incluir, conforme preconizado pelo art. 319, II do NCPC, todos os dados exigidos. Assim, nos termos do § 1.º do mesmo artigo, solicito ao juízo as diligências necessárias para completar a qualificação do requerido via INFOSEG.

### **DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

A parte autora não possui recursos suficientes para suprir as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, conforme comprovado (anexo). Assim, requer a concessão do benefício da gratuidade da justiça, na forma do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil e do art. 5.º, LXXIV da Constituição Federal.

### **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

A parte autora manifesta a intenção de realizar a audiência de conciliação visando o melhor interesse do menor, nos termos do art. 319, VII da Lei n.º 13.105/15.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - NÚCLEO DE ATENDIMENTO JURÍDICO DE INICIAIS DE  
BRASÍLIA**



**OU**

A parte autora declara não ter interesse na realização da audiência de conciliação, nos termos dos art. 319, VII e 334, §5.º da Lei n.º 13.105/15.

**DOS FATOS**

**DO MATRIMÔNIO**

As partes se casaram em **x/x/xxxx sob o regime de bens da XXXXX**, conforme certidão de casamento anexa, e estão separadas de fato desde **x/x/xxxx**, sem possibilidade de reconciliação.

O último domicílio do casal foi em XXXXX.

**DO NOME DOS NUBENTES**

Em razão do matrimônio, não houve alteração no nome de nenhuma das partes.

**OU** (Fulano(a) alterou seu nome de solteiro(a), incluindo o sobrenome do(a) cônjuge, e deseja retorná-lo à forma anterior.)

**OU** (Fulano(a) alterou seu nome de solteiro(a), incluindo o sobrenome do(a) então cônjuge, e deseja assim mantê-lo.)

**DOS FILHOS DO CASAL**

Da união do casal, nasceram os filhos: NOME DO FILHO, nascido em x/x/xxxx.



**OU** O casal não possui filhos comuns.

Em relação à guarda dos filhos comuns e aos alimentos, as questões serão apresentadas de forma autônoma, em ação própria.

Com fundamento no princípio da inércia, conforme disposto no art. 2º, CPC: “O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.”, a requerente pugna pela continuidade do processo quanto aos outros tópicos apresentados.

## **DOS ALIMENTOS ENTRE OS CÔNJUGES**

A parte autora dispensa alimentos para si por ter condições de suprir as próprias necessidades, no entanto, não reúne condições para prestar alimentos em favor da parte requerida, que é capaz de prover o próprio sustento.

**OU**

Necessário determinar um valor fixo de alimentos a ser prestado ao ex-cônjuge/ à ex-cônjuge, nos termos apresentados abaixo:



## **DA NECESSIDADE DE ALIMENTOS DO CÔNJUGE VIRAGO (MULHER)/ VARÃO (HOMEM)**

A senhora XXXX possui as seguintes necessidades básicas mensais:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Alimentação (três refeições e dois lanches)	
Vestuário	
Saúde	
Água e luz	
Escola (inclusive atividades extraclasse)	
Lazer	
Transporte	
<b>TOTAL</b>	

Além dessas necessidades acima indicadas, XXXX tem a deficiência xxxx, conforme relatório médico anexo, e faz uso de xxxx, no valor de R\$ xxx.

O gasto mensal **totaliza R\$ XXXX,00 (XXXXX reais)**, de maneira que a qualidade de vida depende da contribuição do cônjuge.

## **DA POSSIBILIDADE DO CÔNJUGE VIRAGO (MULHER)**



O cônjuge virago exerce, como **autônomo/empregado**, a profissão de XXXXX, e sua renda mensal é de aproximadamente R\$ XXXX,XX.

Acrescenta-se que **não possui/possui X** outros filhos dependentes.

### **DA POSSIBILIDADE DO CÔNJUGE VARÃO (HOMEM)**

O cônjuge varão exerce, como **autônomo/empregado**, a profissão de **XXXXX**, e sua renda mensal é de aproximadamente **R\$ XXXX,XX**.

Acrescenta-se que **não/possui X** outros filhos dependentes.

### **DA FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS - NECESSIDADE X POSSIBILIDADE**

Os alimentos deverão ser fixados nos termos abaixo descritos e pagos pelo **cônjuge varão ao cônjuge virago** pelo período de XXXXXX, a contar de XXX, quando finalizado o prazo, a exoneração ocorrerá de forma automática.

**SE QUEM PAGAR A PENSÃO FOR AUTÔNOMO (seguir o modelo abaixo, se fichado, apagar aqui):**

No caso, a pensão alimentícia será paga pelo **CÔNJUGE VIRAGO (MULHER)/ VARÃO (HOMEM)** que é autônomo(a). Assim, será fixada a pensão alimentícia nos seguintes termos:



1) A fixação dos alimentos em XXX% do salário mínimo vigente a época do pagamento, a ser depositado na conta corrente/poupança da requerente, com vencimento no dia 10 de cada mês. Dados da conta bancária: agência XXX, Conta: XXXX, Banco: XXXX;

2) Caso o cônjuge comece a trabalhar com vínculo empregatício/estatutário, a fixação dos alimentos no valor de XXX% dos rendimentos brutos mensais, incidente sobre todas as verbas, inclusive rescisórias, deduzidos apenas os descontos legais (IRPF, INSS), incidentes sobre 13º, férias e horas extras. O valor da pensão deverá ser descontado em folha de pagamento do empregador e depositado mensalmente na conta bancária acima indicada, na data do pagamento do salário/vencimento.

**SE QUEM PAGAR A PENSÃO FOR EMPREGADO/ CARTEIRA ASSINADA (seguir o modelo abaixo, se AUTÔNOMO, apagar aqui):**

No caso, a pensão alimentícia será paga pelo **CÔNJUGE VIRAGO (MULHER)/ VARÃO (HOMEM)** que possui vínculo empregatício. Assim, será fixada a pensão alimentícia nos seguintes termos:

**1) A fixação dos alimentos no percentual de XXXX% dos rendimentos brutos mensais do cônjuge, incidente sobre todas as verbas, inclusive rescisórias, deduzidos apenas os descontos legais (IRPF, INSS), incidentes sobre 13º, férias e horas extras. O valor da pensão deverá ser descontado em folha de pagamento do empregador e depositado mensalmente na conta**



bancária da requerente, na data do pagamento do salário/vencimento. Dados da conta bancária: agência XXX, Conta: XXXX, Banco: XXXX;

2) Será oficiado à empresa xxxx pra proceder aos descontos dos alimentos em folha de pagamento. ENDEREÇO DA EMPRESA: XXXX, CNPJ, NOME

3) caso o cônjuge saia do presente emprego, automaticamente, a pensão será fixada em xxxx% do salário mínimo vigente a época do pagamento, a ser depositado na conta corrente/poupança acima indicada, com vencimento no dia 10 de cada mês.

## **DOS BENS**

Durante o casamento, não foram adquiridos bens.

**OU**

Durante o casamento, o casal adquiriu os seguintes bens:

1) Apartamento localizado no Endereço Tal, de matrícula n.º xxxxxxxxxxxx, avaliado em R\$xxxxx,00, sendo R\$xxxxx,00 financiados pelo Banco XXXXXX (inscrição de alienação fiduciária em favor de Fulano(a) de Tal).

2) Casa localizada no Endereço Tal, de matrícula n.º xxxxxxxxxxxx, avaliada em R\$xxxxxxxxxx,00, cuja regularização Fulano(a) de Tal e Fulano(a) de Tal tentam desde xx/xx/xxxx, conforme provas em anexo.





3) Carro modelo, ano, Renavam, avaliado pela Tabela Fipe em R\$xxxxxx,00.

4) R\$xxxxxxxx,00 no Banco xxxxxxxx, Ag. Xxxxx, Conta Corrente xxxxxxxxxxxx, em nome de Fulano(a) de Tal.

Requer a partilha de todos os bens na proporção de 50% para cada cônjuge.

## **DAS DÍVIDAS**

No que diz respeito às dívidas, o casal não possui débitos em comum.

**OU**

No que diz respeito às dívidas, o casal não possui os seguintes débitos:

1) Credor – Referência – R\$xxxxxx,00

2) Credor – Referência – R\$xxxxxx,00

Requerem a partilha de todos os débitos na proporção de 50% para cada cônjuge.

## **DO DIREITO**

A Emenda Constitucional n. 66/10 deu nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o



requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos, *in verbis*:

Art. 226. (...) § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

Assim, uma vez que não existe mais possibilidade de reconciliação entre o casal, o divórcio é a medida adequada.

Sobre o divórcio litigioso, a partilha de bens se dará nos termos dos art. 1.639 e seguintes, do CC, no caso concreto, o que tende aos ditames legais foi acima apresentado.

## **DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requerem:

- a) os benefícios da justiça gratuita, na forma do que dispõe o artigo 98 do CPC;
- b) A dispensa de realização da audiência de conciliação, diante do desinteresse da Autora, nos termos dos arts. 319, VII, e 334, do Código de Processo Civil.
- c) A designação de audiência de conciliação, nos termos do que dispõe o inciso VII do artigo 319, do Código de Processo Civil.
- d) A citação do Réu para comparecer à audiência ou apresentar defesa no prazo legal, sob pena de revelia.
- e) A intimação do Ministério Público, nos termos do art. 698 do CPC.
- f) a procedência do pedido, sendo decretado, por sentença, o divórcio do casal, expedindo-se o competente mandado ao Cartório de Registro Civil, para fins de averbação, observando-se a mudança de nome xxxxxxxx;



- g) a procedência do pedido com a consequente partilha dos bens e das dívidas, conforme proposta apresentada;
- h) a parte requerente informa que **não concorda/ concorda** com a realização de audiência on-line e declara que **não aceita/ aceita** receber informação via whatsapp e por e-mail, e que foi orientada a baixar e realizar cadastro no aplicativo microsoft teams, utilizado pelo tjdfdt para realização de audiências virtuais. Considerando que o Juízo intimará as partes para a realização do ato tanto via WhatsApp como por e-mail, seguem os dados para que a intimação seja realizada:  
Nome: XXXXXXXX - Whatsapp/Celular: (61) 9 XXXX XXXX- E-mail: XXXXXXXX
- a) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal — art. 3.º, da Lei Complementar Distrital n.º 908/2016), que deverão ser depositados no BRB Código do Banco 070, Agência 100, Conta nº 013.251-7, PRODEF/DPDF, CHAVE PIX: 09.396.049/0001-80.

Protestam provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxx reais). - soma dos bens, menos valor das dívidas + valor da pensão x 12 (Um salário mínimo na hipótese de não existirem bens a serem partilhados)**



Termos em que pede deferimento.

Brasília, XX de XXXX de XXXX.

---

Defensor Público

---

Requerente 1

---

Requerente 2